

FOUCAULT PARA O ESTUDO DAS PROFISSÕES CIENTÍFICAS

FRANCE MARIA GONTIJO COELHO

RESUMO - Este artigo sistematiza algumas contribuições de Foucault para pesquisa histórica acerca das profissões científicas, em termos de concepções teóricas e procedimentos metodológicos. Essas profissões são entendidas aqui como grupos profissionais que regem suas ações a partir das orientações dadas pelo saber científico. O artigo sugere que o estudo sobre as profissões amplie o foco dos estudos sobre o espaço social do discurso científico (do campo científico), na medida em que busca identificar a dispersão do saber em diversos lugares institucionais. As práticas de saber enquanto práticas profissionais não estão restritas, necessariamente, ao campo científico ou dedicam-se a gerar novos conhecimentos e a fazer pesquisas. A descrição histórica dessas práticas permite compreender as regras de formação dos diversos tipos de discurso científico e revela como práticas de saber são, também, práticas de poder, e como o exercício de poder pode ser uma prática orientada pelo saber científico.

ABSTRACT - This paper systematizes some of Foucault's contributions to historical research on scientific professions in terms of theoretical concepts and methodological procedures. These professions are seen here as professional groups governing their actions by scientific knowledge. This article suggests the study of professions to widen the focus of the studies on the social space of scientific (scientific field) as it seek to identify the dispersal of knowledge over various institutional places. The practices of knowledge seen as professional practices are not necessarily restricted to the scientific field nor do they aim to generate new knowledge and research. The historical description of these practices allows the understanding of the rules of formation of various types of scientific discourse and reveals how practices of knowledge are also practices of knowledge are of power and how the exercise of power can be a practice guide by scientific knowledge.

O título do artigo, por si só, pode sugerir um paradoxo. Primeiramente porque, para o próprio Foucault, o enfoque sobre o autor é problemático na análise de fenômenos discursivos. Para ele, a busca de contribuições de determinado autor pode desenvolver um sentido de subjetividade e individualização, que coloca em risco certa positividade necessária à compreensão. Em segundo lugar, o enfoque privilegiado sobre o saber científico pode tornar-se estreito à medida que significar negação da possibilidade de compreensão da sociedade moderna que se faz em torno de diversos saberes, e não só em torno da ciência ou das práticas acadêmicas. Por isso, penso Foucault a partir de suas obras, acreditando ser fecunda a decifração de seus códigos, mesmo que discretos e sutis.

Dessa maneira, busco apreender a riqueza metodológica que está registrada em estudos como *História da Loucura, Vigiar e Punir, A Vontade de Saber* ou mesmo em sínteses reflexivas como *As Palavras e as Coisas, A Arqueologia do Saber* ou *A Ordem do Discurso*. Este artigo inicia explicitando a autoria como uma questão, a fim de marcar o enfoque privilegiado sobre as obras do autor, concebidas como um todo em transformação pela mediação das práticas sociais do autor. Como ele próprio orientou: “A obra não pode ser considerada nem uma unidade imediata, nem uma unidade certa, nem como uma unidade homogênea” (FOUCAULT, 1972, p. 35), ou seja, ela não é apenas função de expressão do autor, nem pura determinação de contexto histórico, tampouco um aglomerado homogêneo ao longo do tempo.

Assim, a partir da diversidade temática e teórica das obras de Foucault, apresenta-se a proposta de pesquisa histórica sobre registros documentais ou registros de memória textualizada, como procedimentos apropriados para o estudo das profissões que têm a ciência como fundamento de suas práticas. Algumas das obras de Foucault serão tratadas aqui com o propósito de orientar análises dos registros sobre o campo científico e campo profissional¹. Nesse sentido, o artigo apresenta-se como um exercício de reconstrução de operações analíticas que permitem visualizar interpretações de outras construções discursivas para além daquelas pesquisadas por Foucault.

Assume-se assim, sem receio de reducionismo ou banalização da herança foucaultiana, a proposta de pesquisa documental histórica no que ela tem de mais artesanal: um procedimento minucioso e rico para o esclarecimento dos hábitos mentais e institucionais da sociedade moderna, pois os registros trazem delineados conceitos interpretativos e constitutivos das práticas sociais, científicas ou não. No entanto, propõe-se uma análise documental ampliada: ao uso de documentos, registros textuais e entrevistas, pertinentes às práticas da ciência, devem somar-se outros da mesma época e que estejam, de certa forma, relacionados com o campo científico e com as práticas profissionais. Acredito ser esta uma forma de captar a ciência em sua inteireza prática, em sua constituição como um fenômeno discursivo, como um dos fenômenos sociais que dentre outros saberes, é formador de mentalidades.

1 Dois momentos de Foucault: a arqueologia e a genealogia

Inicialmente, ordenam-se as obras de Foucault como MACHADO (1981) o faz: uma trajetória que vai de uma arqueologia a uma genealogia, ou seja, do **como** ao **porquê**. Isto significa que suas obras sofreram modificações no sentido das explicações históricas e nas formas de estruturação dos conteúdos dos discursos pertencentes a diferentes áreas de saber.

Em seus primeiros trabalhos, Foucault inspirou-se nas pesquisas da disciplina **arqueologia** e definiu seu projeto de estudo como sendo os **discursos**. Como as pesquisas arqueológicas ocupam-se dos monumentos mudos, dos traços inertes, dos objetos sem contexto e das coisas deixadas pelo passado, seus procedimentos visavam à descoberta do sentido. Esse sentido é definido quando da descrição dos elementos intrínsecos aos registros, pois, nesse momento de elaboração do discurso histórico descritivo, revelam-se os elementos formadores desse sentido. No momento da textualização é que se explicita a compreensão. No caso da análise documental, a síntese dos registros é um dos momentos estruturantes de uma reconstituição histórica.

Assim, “análise do discurso”, para Foucault, não é a simples identificação de frases ou expressões da língua, nem sua análise reduz-se à decifração lexical de conteúdos implícitos ou explícitos aos textos, nem busca captar, também, as tendências ou a psicologia dos autores ou uma origem fundadora de fenômeno do presente. Antes de mais nada, ele analisa o que chamou de **formações discursivas**, ou seja, **práticas** que se podem descrever com certo número de enunciados, de objetos, de conceitos e de escolhas teóricas, que obedecem a certas **regras de formação**.

¹ Nesse sentido, têm-se, como referência, a noção de campo de BOURDIEU (1989, 1992, 1996) e, mais especificamente, a noção de campo profissional de BARBOSA (1993).

Dessa forma, no momento arqueológico de Foucault, ele alerta para a não definição, *a priori*, dos espaços sociais de exercício de saber, pois este apriorismo torna as descrições dos aspectos constitutivos dos discursos restritas e condicionadas pelas expectativas do pesquisador, principalmente quando se define o objeto da pesquisa como sendo áreas de conhecimento consagradas em disciplinas. Complementando essas idéias, pode-se dizer que, para análise das profissões, o enfoque privilegiado sobre o espaço científico reduz essa análise à concepção maniqueísta de fatores internos ou fatores externos da ciência, internalismo *versus* externalismo, isso porque concebe apenas o espaço acadêmico como fonte original geradora dos discursos, como o espaço original das práticas profissionais sobre as quais indaga a pesquisa. A noção de campo esfalela-se em dois mundos, o que pode dificultar a percepção da rede institucional mais ampla que gira em torno do saber científico. Para entender não só “como a ciência se faz”², propõe-se perguntar como atuam os profissionais que regem suas ações a partir das orientações da ciência, sem, no entanto, estarem na academia fazendo pesquisa.

Assim, a proposta que aqui se apresenta pretende analisar os espaços de discurso científico como campo social e não só como campo científico. O desafio é identificar as formações que efetivamente se fizeram como *práticas de saber* (práticas em torno de determinado saber) e que influenciaram, decisivamente, não só os níveis próprios do espaço de saber científico, mas também outros espaços de vida, espaços não formadores de obras científicas, mas fundamentais para o entendimento da dinâmica social, como, por exemplo, as práticas profissionais de difusão de tecnologia ou aplicação tecnológica. Essa noção de **práticas de saber** é muito fecunda para o estudo das profissões que, resumidamente, chamo de científicas, pois facilita a identificação do caráter agenciador da ação desses grupos profissionais sobre a sociedade moderna.³

Na perspectiva arqueológica, a preocupação das obras de Foucault era com o fato de **como** os saberes apareciam e transformavam-se (Roberto Machado In: FOUCAULT, 1979). Isso exige que se conceba o **documento como um monumento** e que as explicações se fazem a partir da decifração das regras de formação dos objetos de indagação, das modalidades de enunciados, da ordem desses enunciados (ou conceitos) ou da identificação das estratégias, escolhas temáticas e teóricas das formações discursivas.

Nesse sentido, o livro *A Arqueologia do Saber* traz orientações que entendo como verdadeiros **imperativos metodológicos**; valiosos para um tratamento rigoroso de documentos e para sistematizações descritivas do que se pode chamar **Formações Profissionais**. Esse conceito pretende ver as práticas de saber dos grupos profissionais para além da análise do campo científico, do espaço social da academia.

Continuando a trajetória de Foucault, em seu segundo momento, o momento genealógico do **porquê** (MACHADO, 1981), os saberes aparecem em determinadas **condições de possibilidade** que estão dadas externamente a eles. Nesse momento, não se tratou de considerar os saberes como efeito imediato dessas condições de possibilidade, mas de situá-los como elementos de um dispositivo de natureza essencialmente estratégica: como **elementos de poder**. Pode-se dizer que essa mudança de propósito, que não nega a forma anterior de interpretação arqueológica, mas aprofunda-a em suas causas ou conseqüências, deu-se em razão do envolvimento de Foucault com as lutas políticas do final da década de sessenta.

Vem daí, creio, a necessidade registrada em seus textos de explicar os mecanismos reguladores da sociedade moderna, na qual as lutas por direito público se chocam com o poder polimorfo de disciplinas que criam uma mecânica de dominação dispersa, não organizada em um aparelho central ou estatal. Essas disciplinas, via discursos, criam aparelhos de saber e de domínios de conhecimento orientados por regras distintas do direito à soberania, pois são guiadas pela sacralização científica. Esses mecanismos disciplinares da ciência têm nos intelectuais (que podemos traduzir aqui como profissionais) seus executores nas

2 Como bem se expressaram CALLON e LATOUR (1991).

3 Para o debate dentro da sociologia das profissões, ver LARSON (1977); STARR (1991), FREIDSON (1978, 1996) e BARBOSA (op. cit.), e, mais especificamente, sobre os estudos realizados no Brasil, ver BONELLI e DONATONI (1996).

sociedades contemporâneas. Essas análises estão explicitadas na *Microfísica do Poder* (FOUCAULT, 1979), na *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (1984), e em *A Ordem do Discurso* (1970).

Assim, enquanto a arqueologia orienta-se, metodologicamente, para “o como” reconstruir a institucionalização científica ou profissional, a genealogia do saber orienta-se para “o porquê” dessa institucionalização. Na decifração das relações interinstitucionais, o enfoque genealógico permite compreender o sentido construtivo (ou constitutivo) dos profissionais do saber, ao mesmo tempo que explicita os mecanismos de controle e de ordenação social desses grupos, ou seja, seus poderes, seus domínios.

2 A ordem e a unidade do discurso entendido como prática

Com as indagações acerca da necessidade de ordem ou de descoberta das formas de ordenação das diversas coisas da experiência, Foucault queria indagar sobre a relação entre as palavras e as coisas para torná-las inteligíveis. Esse foi o desafio frente ao qual se colocou, ao analisar discursos e descobrir sua ordem: uma tentativa de fuga do absurdo, do ininteligível, daquilo que nos bloqueia a ação. A fim de esclarecer **a angústia do absurdo**, ele cita, no livro *As Palavras e as Coisas*, um trecho de José Luiz Borges, escritor argentino, quando este transcreve a classificação de uma suposta enciclopédia chinesa. Vejamos:

“(…) os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pêlo de camelo, l) et cetera, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas” (Apud FOUCAULT, 1992, p. 5)

Neste trecho fica explícito o desconexo, a não-compreensão, pois coisas assim classificadas impossibilitam o enumerar, o repartir, o comparar, a analogia, o aproximar ou manter juntas palavras e coisas, ou seja, dar-lhes uma ordem:

“Um ‘sistema de elementos’ - uma definição dos segmentos sobre os quais poderão aparecer as semelhanças e as diferenças os tipos de variação de que esses segmentos poderão ser afetados, o limiar acima do qual haverá diferença e abaixo do qual haverá similitudes - é indispensável para o estabelecimento da mais simples ordem. **A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas as outras e aquilo que só existe através do crivo do olhar, de uma atenção, de uma linguagem (...)**” (Idem: 9-10) (grifo nosso)

Mesmo que se reconheça, neste olhar, o olhar fixado em cada um de nós pelos códigos fundamentais da cultura, ele é exemplar da forma diferenciada de ordenação das coisas do mundo. Assim, se por um lado estabelece os tipos de ordens empíricas possíveis, por outro, também estabelece as vias teórico-científicas e filosóficas dessas orientações, ou seja, certo tipo de lei, razão ou justificação que essa ordem obedece. Esses **princípios de ordem, empírico e teórico**, tornam a comunicabilidade humana, histórica e social possível, além de também tornar possível **a crítica**. A possibilidade de crítica existe nesta região mediana entre os dois domínios (o empírico e o teórico), pois a prática, fazendo-se “na e pela experiência nua da ordem e de seus modos de ser”, explicita como esta ordem é graduada, fracionada, descontínua, ligada a espaço e tempo, organizada em torno de diferenças.⁴ Essa preocupação com a estrutura da ordem é que

4 Cabe aqui uma observação: configurações estruturantes desse tipo é que explicam a classificação de Foucault como um “estruturalista”. Sua preocupação com a categoria da ordem foi no sentido de busca de um fundamento de inteligibilidade e não uma proposta de conservação da ordem instituída para a sociedade.

possibilitou a percepção de **espaços de desordem** como sendo aquela região mediana entre o empírico e o teórico, o império da experiência cotidiana, da descontinuidade, da crítica e da possibilidade de constante modificação.

Dentro dessa mesma concepção é que se pode entender sua restrição ética aos enfoques sobre os campos científicos motivados pela razão única de estrelato e aceitação na academia. Num trecho em que foi questionado o porquê não havia se dedicado ao estudo, por exemplo, da geografia, respondeu com base no que se pode entender como sendo uma atitude politicamente ética de investigação sobre a ciência:

“Tomar uma ciência porque é interessante, porque é importante ou porque sua história teria alguma coisa de exemplar, não me parece um bom método. Será um bom método se se quer é fazer uma história correta, limpa, conceitualmente ascética. Mas desde o momento em que se quer fazer uma história que tenha sentido, uma utilização, uma eficácia política, só se pode fazê-la corretamente sob a condição de que esteja ligado, de uma maneira ou de outra, aos combates que se desenrolam neste domínio.” (FOUCAULT, 1979, p. 154)

Assim, as questões motivadoras das pesquisas seriam tradicionais quando acabavam comprometidas com a ordem existente, pois indagam sobre as continuidades ou totalidades das relações e limitam-se a reconstituir encadeamentos. Para fugir às armadilhas desse tipo de memória tradicional, a pesquisa deveria guiar-se pela busca de **descontinuidades**. Deveria, ainda, recusar a busca de origens que reinariam para além delas mesmas, dos longos períodos de demarcação fatalista dos destinos históricos. Propôs trabalhar a **história como acontecimento**, em que a descontinuidade não é um estigma a ser suprimido, mas uma característica a ser assumida. Isto é, deve-se promover um deslocamento do papel do **descontínuo**, sua passagem de obstáculo à utilização prática, como um “**conceito operatório**”, como ele próprio se expressou. Essa noção de descontinuidade exige, também, que se abandonem as caracterizações dadas por agrupamentos (noções) a que estamos familiarizados (por exemplo, noção de evolução como desenvolvimento, ciência como algo sem magia).

Outra orientação fundamental de seus trabalhos genealógicos é não reduzir a idéia de discurso ao estudo de grandes áreas (literatura, filosofia, história, religião...), pois limitam-se as análises aos discursos manifestos (ou seja, sobre o já dito). Isso significa estar pronto para manter em suspenso as formas prévias de categorização, de sínteses, de continuidade e de ordenação histórica, problematizá-las, arrancá-las de sua quase evidência, e assim:

“(...) acolher cada momento do discurso em sua irrupção como acontecimento; nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços escondido, bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-los no jogo de sua instância”.(FOUCAULT, 1972, p. 36)

Sua proposta, então, pode ser traduzida como uma presentificação do passado que não se organiza apenas sobre, por exemplo, as periodizações consagradas, globalizantes, mas que se faz sobre campos de **acontecimentos discursivos**: *sistemas de enunciados possíveis, conjuntos finitos de regras que autorizam um número infinito de desempenhos. Nesse sentido, os objetos deveriam ser definidos no desenrolar da pesquisa.*

Dessa forma, pode ficar clara a relação entre os saberes e os fazeres, as escolhas estratégicas dos cientistas e os desempenhos profissionais mais amplos: uma relação interessante para as análises dos campos profissional e científico. Essa abordagem permite delinear motivos, condições e mesmo formas assumidas pelas ações dos indivíduos e grupos de profissionais. Para melhor visualizar a importância e como captar esses enunciados, pode-se dizer que eles estariam registrados nas mais diversas formas

(descrições qualitativas ou não, narrações biográficas, signos, etc...) e modalidades (interpretações, raciocínios, tipos de analogia, estimativas, verificações experimentais, etc...).

Para Foucault, deve-se considerar esses **enunciados - acontecimentos** como tendo natureza finita, apesar de saber que talvez seja impossível ultrapassar sua inumerável capacidade de registro. Nesse sentido, a preocupação com as profissões deve permitir a construção de um mapa cognitivo do pensamento, hábitos mentais, habilidades e comportamentos típicos de determinados grupos profissionais. Dessa maneira, torna-se falsa a pretensão de decifrar **todas** as possibilidades de prática desses profissionais. A síntese pode dar-se na elaboração dos conceitos e categorias que expressam suas formas de ordenação do mundo. Esta é uma forma de compreensão possível de seus modos de pensar e agir.

Esta proposta, que permite perceber os enunciados como acontecimento, erupção histórica e emergência, não se faz apenas por uma análise lingüística e nem o seu sentido é pré-determinado. Para tanto, são necessárias disciplina de trabalho e um olhar minucioso no momento da análise documental. Acredito nas enormes possibilidades de uma história pontual como exercício hermenêutico, mas esta análise não se pode reduzir à elaboração de sistematizações de registros locais, visto que esses registros são expressão de época e, por isso, devem ser entendidos como um resquício de exemplaridade.

Para não se esgotar inteiramente a capacidade expressiva do discurso sobre o qual se indaga, Foucault ainda sugere que se evite conceber os enunciados como sínteses psicológicas. Na realidade, eles seriam positivamente construídas pelo pesquisador a partir dos registros encontrados. Para tanto, ele ainda sugere indagações que permitam operacionalizar uma seqüência de positivities, ou seja, **quais as relações dos enunciados entre si, entre grupos de enunciados, e entre estes e os acontecimentos de ordem totalmente diferente?** Essas questões são instigantes desafios para um inquérito acerca da coesão, proximidade ou distanciamento de grupos profissionais e acerca da relação destes com diversas instituições sociais e com o próprio processo de constituição das comunidades científicas, suas invenções e descobertas.

A descrição desses acontecimentos como fatos de discurso liberta as interpretações dos elementos de unidade naturalizados culturalmente, ou seja, imediatizados por sistematizações universalistas. Além disto, como não se podem descrever todas as relações possíveis num acontecimento, nosso filósofo orienta um recorte provisório, uma primeira aproximação: escolher uma região onde as relações são melhor decifráveis, como, por exemplo, considerar, junto às disciplinas da ciência, também as regiões de práticas de saberes não-científicos, mas próximos àquelas ciências. Este foi, por exemplo, o procedimento utilizado por ele para o estudo da psicopatologia, da medicina, da economia e da psiquiatria. No entanto, ele chamava atenção para que:

“É preciso ter sempre presente no espírito dois fatos: que a análise dos acontecimentos discursivos não está, de maneira alguma, limitada a semelhante domínio [o das ciências instituídas] e que, por outro lado, o próprio recorte desse domínio não pode ser considerado como definitivo, nem como válido de forma absoluta; trata-se de uma primeira aproximação que deve permitir aparecer relações que correm o risco de suprimir os limites desse primeiro esboço.”(Idem, p. 42)

Dessa forma, em Foucault, o caminho das pedras, para o estabelecimento de alguma ordem nas relações entre enunciados, parte da recusa às expressões universalistas dadas pela tradição intelectualizada, e desafia-nos a uma volta sobre os registros documentais que permitem colocar em questão a unidade dessa tradição ou mesmo, pode-se dizer, a unicidade desse discurso. No entanto, pode-se perguntar: já que essa unidade compreensiva não deve ser feita sobre universais culturalmente aceitos, ela se dá sobre os objetos construídos por esses enunciados?

Foucault diz que não! Tendo como referência suas pesquisas sobre o objeto “loucura”, ele diz que este objeto apresentou uma enorme **dispersão de significados** ao longo do tempo e do espaço, transformando-se em outros objetos, permanecendo apenas como o jogo de regras que tornou possível

sua existência, conjuntamente com outros objetos. Estes, por sua vez, foram construídos nas práticas cotidianas (nas práticas da jurisprudência, nos diagnósticos médicos, nas internações...) e manifestavam em comum apenas o sentido de discriminação e repressão nas formas de descrições patológicas, de receitas, na definição de códigos de tratamentos.

3 As regras de formação

Assim, toda definição de um conjunto de enunciados descreve dispersão, incompatibilidade ou complementariedade da emergência dos discursos, condições às quais estão submetidos os elementos de sua repartição (objetos, modalidades de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). Essa reconstituição se faz dentro de certas **“regras de formação”**, ou seja, nas “(...) condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) de uma repartição discursiva.” (Idem: p. 51-2). Assim, o trabalho do pesquisador não é mera obra da engenhosidade individual. Em nossa proposta de estudos, essas regras de formação devem ser traduzidas como as referências cognitivas, sociais e políticas do pesquisador, mas também devem estar presentes em seu próprio objeto de estudo. Mas, como decifrá-las dos registros?

Para falar das regras de formação é preciso esclarecer os procedimentos necessários para decifrá-las e melhor entendê-las, o que possibilita sua apropriação como conceito metodológico. Assim, inicialmente, para perceber as regras de formação de objetos de discurso, é preciso demarcar o que Foucault chamou de **“superfície de emergência”** dos objetos, ou seja, mostrar onde podem surgir. Depois, analisando essas superfícies em suas diferenças individuais (segundo o grau de racionalização, códigos conceituais e tipos de teorias), elas devem receber os estatutos que lhes couberem (como no caso da loucura, ela era considerada doença, alienação, neurose, degenerescência...), e que induzem os sujeitos a diferentes condutas frente a estados ou a manifestações em presença dos objetos. Essa identificação de significados múltiplos induz a pensar numa diversidade de concepções de profissionalismo, numa variedade de formas de domínio das formas de saber, mais diversidade que unicidade, mais comunidade de idéias que uma comunidade de profissionais.

Outro procedimento necessário para captar as regras de formação seria descrever as **“instâncias de delimitação”** de autoridade, de reconhecimento social: aquelas instâncias que distinguem, designam, nomeiam e instauram determinadas coisas-palavras como objetos de sua ocupação. Algumas instâncias podem receber a denominação de instâncias ‘superiores’, como foi o caso da medicina em relação ao objeto loucura, na medida em que ela é que elaborou definições que deram sustentação às ações de outras instâncias (como a justiça penal, a religião, a crítica literária e artística).

Uma rede institucional, que habilita e autoriza determinadas práticas, vai-se explicitando no processo de compreensão. Além disto, pode-se colocar em evidência o não-exclusivismo do dispositivo escola ou academia para legitimação de competências técnicas e políticas de algumas profissões. No entanto, tem-se de reconhecer que, para aquelas profissões nas quais existe o pré-requisito da formação acadêmica, a titulação escolar é o que primariamente inscreve os indivíduos no “pertencimento” a grupos profissionais. Essa primariedade da escola talvez exija atenção sobre seus procedimentos de criação de saberes e de inculcação de formas de desempenho técnico e ético. Como diria BOLTANSKI (1982), as marcas de distinção estendem-se para além da diplomação escolar, a fim de conferir autoridade ao indivíduo profissional.

Um terceiro procedimento orientado por Foucault seria analisar o que ele chamou de **“grades de especificação”**, ou seja, analisar os sistemas por meio dos quais agrupamos, separamos, aparentamos e classificamos diferentes derivações dos objetos do discurso. No entanto, ele alertou que, **por si só**, esses procedimentos arqueológicos, do tipo utilizado por um arquivista, não podem dar conta da explicação das condições que tornaram possível a existência dos objetos de discursos. Assim, ele propõe indagar-se sobre **que relações** são estabelecidas **entre aquelas instituições**, os processos econômicos e sociais,

formas de comportamentos, normas, técnicas ou não, tipos de classificação e caracterização, e como essas relações estão presentes no objeto. Além disto, dessa maneira, acredito ser viável superar o maniqueísmo das interpretações internalistas e ou externalistas do campo científico: uma análise das redes institucionais de saber, das relações discursivas:

“As relações discursivas, vê-se, não são internas ao discurso: não religam entre si os conceitos ou palavras; elas não estabelecem entre frases ou proposições uma arquitetura dedutiva ou retórica. Mas não são, entretanto, relações exteriores ao discurso que o limitariam, ou lhe imporiam certas formas, ou o forçariam em certas circunstâncias a enunciar certas coisas. Elas estão, de alguma maneira, no limite do discurso: oferece-lhe objetos de que ele pode falar, ou antes (pois esta imagem da oferta supõe que os objetos são formados de um lado e o discurso do outro), elas determinam o feixe de relações que o discurso deve efetuar para poder falar de tais ou quais objetos, para poder tratá-los, nomeá-los, analisá-los, classificá-los, explicá-los...Essas relações caracterizam não a língua que utiliza o discurso, não as circunstâncias em que ele se desenvolve, mas o próprio **discurso enquanto prática**.”
(Idem: p. 61)

Nessa busca de decifração de regras de formação de objetos de discurso em suas superfícies de emergência, em suas instâncias de delimitação da autoridade e na definição de suas grades de especificação, o que preocupou Foucault foi a definição de um princípio de unidade de discurso que não cerceasse a compreensão das formações discursivas enquanto práticas efetivas reguladas por distintas normas de constrangimento e controles sociais (*constraint*). No livro *A Arqueologia do Saber*, diferentemente de *As Palavras e as Coisas*, ele reconhece que, naquele momento, a análise do discurso não era uma simples análise sintática, pelo fato de as palavras estarem deliberadamente ausentes tanto quanto as coisas, porque não se pretendia analisar os laços entre coisas e palavras, nem tratar o discurso como um conjunto de signos ou elementos significantes de conteúdos ou representações, mas sim analisá-lo como prática que sistematicamente forma os objetos de que fala:

“Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse ‘mais’ que os torna irreduzíveis à língua e ao discurso (*carole*). É esse ‘mais’ que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.”(Idem: p. 64)
(grifo nosso)

Para descobrir este “**mais**” do discurso enquanto prática efetiva, é necessário também responder a outras questões, definir outros lugares e posições determinadas pela posse do discurso especializado, como pode ser o caso do poder dos grupos profissionais que têm como exigência para seu credenciamento ou titulação a formação escolar e acadêmica.

4 O Lugar do saber e do poder: “falar é fazer alguma coisa”

Observa-se, então, a dispersão de objetos e significados como uma característica do discurso, cuja tarefa da análise é descobrir um certo “algo mais” que ele traz. Nesse sentido, a argumentação de Foucault volta-se sobre a importância do discurso enquanto *parole*, na medida em que é também importante perguntar **Quem fala este discurso?; A que critérios de competência ele está sujeito?; No universo de todos indivíduos que falam, Quem está autorizado a ter esta espécie de discurso?; e mais:**

“Quem recebe dela [desta espécie de discurso] sua singularidade, seus encantos e de quem, em troca, recebe, senão sua garantia, pelo menos a presunção de que é verdadeira?
Qual o estatuto dos indivíduos que têm - e apenas eles - o direito de regulamentar o

tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito, de proferir semelhante discurso?" (Idem: p. 65)

Poderíamos tentar responder a essas questões pela análise das práticas profissionais e perguntar sobre o estatuto dos profissionais que se distinguem pelo saber diferenciado como científico. Esse estatuto irá comportar critérios de competência, instituições, sistemas, normas pedagógicas de formação, condições legais, credenciamentos que regulamentam e fixam limites às suas atividades, dentre elas, a pesquisa. Além disso, têm-se de decifrar, também, as diferenças de atribuições, hierarquias e mecanismos de troca de informações, dentro do próprio grupo, ou deste com outras instâncias da sociedade.

Tudo isto define traços típicos do funcionamento de certos grupos em relação ao conjunto da sociedade; define papéis e expectativas, obrigatoriedades mais ou menos rígidas que irão caracterizar o exercício das profissões. Essas são reconhecidas de diferentes modos, dependendo de que instituição valida e conforma seus atos. A sociedade define, mediante instituições públicas ou privadas, os direitos de intervenção e de decisão sobre temas próprios desses grupos ou próximos do domínio de seus saberes. Assim, tendo como referência a profissão médica, Foucault exemplifica, dizendo: "É preciso descrever também os *lugares institucionais* de onde o médico obtém seu discurso, e onde este encontra sua origem legítima e seu ponto de aplicação (seus objetos específicos e seus instrumentos de verificação)." (Idem: p. 68) (grifo nosso).

No caso dos médicos, continuando o exemplo, os lugares institucionais seriam o **hospital** (local de observações constantes, codificação sistemática, hierarquia e diferenciação de funções), a **prática privada** (observações mais aleatórias, mas mais numerosas e mais extensas cronologicamente), o **laboratório** (local autônomo⁵ para Foucault, por estabelecer certas verdades de ordem mais geral) e, finalmente, a **biblioteca** ou o **campo documentário** (não só livros ou tratados, mas o conjunto de recensões e observações publicadas e divulgadas por outros profissionais da área médica ou não). Esses locais não seriam fixos, podendo sofrer modificações no tempo, surgir outros, desaparecer ou receber novas atribuições.

Dentro dessa diversidade de locais institucionais, diz Foucault, é também preciso identificar a diversidade de *posições dos sujeitos*. Estas se definem pela situação que lhe é possível ocupar em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos, pois os objetos condicionam olhares, procedimentos práticos, condutas, percepções e o relacionamento entre as instituições. Assim, podem-se traduzir essas observações para momentos ainda mais recentes, referindo-se ao poder condicionante dos recursos tecnológicos sobre o comportamento dos grupos.

A última questão que se poderia elaborar a partir da *Arqueologia do Saber* é quanto às **possibilidades de iniciativa dos sujeitos**. Qual então seria a possibilidade dessas iniciativas nesta estrutura de discurso ordenado por regras de formação que, ao mesmo tempo, criam discursos, constroem e moldam comportamentos? Quando questionado sobre a possibilidade de seus estudos conduzirem a uma configuração de impedimento da liberdade dos indivíduos, Foucault respondeu:

"As positivities que tentei estabelecer não devem ser compreendidas como um conjunto de determinações que se impõem do exterior ao pensamento dos indivíduos ou moram em seu interior e como que antecipadamente; elas constituem o conjunto das condições segundo as quais se exerce uma prática, segundo as quais essa prática dá lugar a enunciados parcialmente ou totalmente novos, segundo as quais, enfim, ela pode ser modificada. Trata-se menos dos limites colocados à iniciativa dos sujeitos que do campo em que ela se articula (sem constituir seu centro), regras que emprega (sem que as tenha nem inventado nem formulado), relações que lhe servem de suporte (sem que ela seja seu resultado último, nem seu ponto de convergência). Trata-se de fazer aparecer as práticas em sua complexidade

⁵ Sobre o laboratório e as práticas históricas de produção da ciência, ver BERNAL (1946); KNORR-CETINA (1982) e CALLON e LATOUR (op. Cit.).

e em sua espessura: mostrar que **falar é fazer alguma coisa,**” (...) “mostrar que somar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso, que implica condições (e não somente de uma situação, um contexto, motivos) e que comporta regras” (...) “mostrar que uma mudança, na ordem do discurso, não supõe ‘idéias novas’, um pouco de invenção e de criatividade, uma mentalidade diferente, mas transformações em uma prática, eventualmente nas que estão próximas a ele e em sua articulação comum. **Não neguei, longe disto, a possibilidade de mudar o discurso: retirei dele o direito exclusivo e instantâneo à soberania do sujeito.**”(idem: p. 253) (grifo nosso)

Assim é o entendimento da relação saber - poder que está em jogo. Para isto, é preciso ter uma concepção de poder não só como repressão, ou como centralização em um aparelho, ou mesmo como a luta localizada entre dominantes e dominados. É preciso percebê-lo, também, como criador, como produtor de discursos, produtor de práticas:

“O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como força que diz não, mas que de fato permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais que uma instância negativa que tem por função reprimir.”(1979, p. 8)

Nessa concepção o poder adquire a forma de capilaridade dentro do ordenamento social dado pelos profissionais mediante seus discursos nas diversas instituições sociais, científicas ou não. No projeto genealógico de Foucault, as relações entre os poderes dos saberes ou os saberes dos poderes serão enfocadas nessa dispersão do poder, nas regularidades e nas descontinuidades dos discursos, pois isto é que possibilita a manutenção dos constrangimentos e interdições estabelecidas na sociedade e nos próprios discursos (FOUCAULT: 1970).

Além de ordenamentos, os discursos fixam, também, padrões de verdade que detêm poderes específicos. Nas sociedades ocidentais, essa **produção de discursos verdadeiros**, que mudam constantemente (em que o processo de profissionalização muito contribuiu), é um dos maiores problemas. Como nos falou animadamente FOUCAULT (1979): “A história da ‘verdade’- do poder próprio aos discursos aceitos como verdadeiros - está totalmente por ser feita.”(p.231).

5 Conclusão: uma inspiração foucaultiana para a pesquisa sobre as profissões científicas

Encerrando nosso esforço de apropriação de algumas idéias de Foucault para a análise das profissões científicas, é importante explicitar outra questão que conclui nosso exercício e que está no livro *História da Sexualidade: A Vontade de Saber* (FOUCAULT, 1984). A busca de explicações do como e porquê determinados grupos profissionais agem da maneira que agem, desempenham determinadas obrigações de maneira crítica ou não, conformam-se ou não com a ordem existente (muitas vezes sem saber, mesmo de posse de um saber específico), deve dar conta não só do entendimento do comportamento desse grupo, mas de uma totalidade social. Tem-se, assim, uma diversidade de discursos, um universo de possibilidades de discursos a serem estudados para melhor entendimento da sociedade moderna.

Finalmente, perguntaríamos com Foucault: como se tornaram possíveis essas espécies de discursos e como inversamente esses discursos dão suporte às destrezas, habilidades e visão de mundo de seus possuidores? Uma pesquisa arqueológica com análises documentais minuciosas pode tornar possível a constituição dos saberes que, juntamente com a perspectiva genealógica, permitem a compreensão da dispersão de significados, de relações de força e de poder construídas nas práticas cotidianas do exercício profissional, nas obrigações e funções sociais e políticas do trabalho dos indivíduos e grupos de

profissionais. A proposta que aqui se delineia apresenta-se como um projeto para uma história das profissões científicas que reúna contribuições da sociologia das profissões, da sociologia e história da ciência e da epistemologia do conhecimento. Mas a justificação primeira deste projeto é explicitar como, na sociedade moderna, as profissões constroem a ciência e usam-na, juntamente com outros saberes, no seu exercício de poder e reconhecimento social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARBOSA**, Maria Lúcia de Oliveira. A Sociologia das profissões: em torno da legitimidade de um objeto. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, AMPOCS, n. 36, p. 3-30, II sem. 1993.
- BERNAL**, F.R.J.D. *The Social function of science*. Londres: George Rutledge & Sons, 1949. 481 p.
- BOLTANSKI**, Luc. *Les Cadres: la formation d'un groupe social*. Paris: Minuit, 1982. 489 p.
- BONELLI**, M.G., **DONATONI**, S. Os Estudos sobre as profissões nas ciências sociais brasileiras. *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, AMPOCS n. 41, p.109-42. I sem. 1996.
- BOURDIEU**, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989. 361 p.
- _____. *O Poder simbólico*. Rio: Difel, 1988. 311 p.
- _____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996. 231 p.
- CALLON**, Michael & **LATOURETTE**, Bruno. *La science telle qu' elle se fait*. Paris: Découverte, 1991. 388 p.
- FREIDSON**, Eliot. *La profesión médica: un estudio de sociología del conocimiento aplicado*. Barcelona: Península, 1978. 375 p.
- _____. Para uma análise comparada das profissões: a institucionalização do discurso e do conhecimento. *RBCS*, AMPOCS, n.31, ano 11, p. 141-54, jun.1996.
- FOUCAULT**, Michael. *A Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1972. 256 p.
- _____. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 407 p.
- _____. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio: Graal, 1984. 152 p.
- _____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1970. 81 p.
- _____. *Microfísica do poder*. Rio: Graal, 1979. 295 p.
- LARSON**, Magali S. *The Rise of professionalism: a sociological analysis*. Berkeley: California Press, 1977. 309 p.
- MACHADO**, Roberto. *Ciência e saber: a trajetória da arqueologia de Michael Foucault*. Rio: Graal, 1981. 185 p.
- STARR**, Paul. *La Transformación social de la medicina en los Estados Unidos de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1991. 537 p.
- KNORR-CETINA**, Karin D. Scientific communities or transepistemic arenas of research? A critique of quase-economic models of science. *Social Studies of Science*, v.12, p. 103-30, 1982.

Artigo recebido em abril de 1997

France Maria Gontijo Coelho é Professora do Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa (DER-UFV), Minas Gerais.
Endereço: Dep. Economia Rural - UFV
Campus Universitário - Viçosa
36570-000 Minas Gerais, Brasil
Fone: (031) 899-1331/899-2212 Fax: (031) 899-2219

Revista da SBHC, n. 16, p. 41-52, 1996